



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2021 -----

Aos trinta de abril de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal Valentim Carvalho Macedo, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Silva Miguel. -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Paulo Pereira. -----

O deputado municipal José Marcelino Gonçalves da Silva, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Joaquim Agostinho Mota Pereira -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Face à ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Deputada Maria Fernanda Lemos Cunha, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, substituiu-o, tendo designado, interinamente e para esta reunião, o Deputado Artur Silva Miguel para desempenhar as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia. Atenta à ausência do primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, a Senhora Presidente designou,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

interinamente e para esta reunião, a Deputada Joana Assunção Faria da Cunha Alegre para desempenhar as funções de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia. -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando conhecimento aos senhores deputados de que tinha acabado de receber uma proposta que poderia fazer parte da ordem de trabalhos. Referiu que se tratava de um assunto a ser introduzido, caso a Assembleia Municipal concordasse, na ordem de trabalhos. De seguida pediu à secretária da Assembleia Municipal para distribuir a proposta aos senhores deputados enquanto o senhor Vereador Paulo Mota fazia uma pequena apresentação da proposta.

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que o assunto que traziam hoje como introdução de uma proposta extraordinária a esta Assembleia Municipal que foi remetida à reunião de Câmara da passada quinta-feira, tinha como objetivo uma prévia autorização desta Assembleia para um compromisso plurianual e uma consequente repartição de encargos de apoio financeiro a conceder à Associação Social de Apoio à Deficiência – ASAD. Referiu que, conforme poderão ler no teor da proposta, a ASAD é uma IPSS do concelho que recentemente conseguiu um apoio financeiro para avançar com uma importante infraestrutura para uma, também, importante resposta social que é um centro de atividades ocupacionais e que tem neste momento adjudicada essa obra. No entanto, por ser uma associação nova, ainda sem qualquer tipo de atividade para além daquela que vai desenvolvendo em regime quase que de voluntariado, não dispõe de recursos para fazer face àquilo que é a comparticipação nacional desta obra. Esta associação solicitou à Câmara um apoio para o financiamento da comparticipação nacional e a solução que se pode encontrar, atendendo àquilo que é a situação financeira da autarquia e que vai de encontro às necessidades da associação, passa pela repartição deste apoio em moldes que estão descritos nessa proposta. Importa referir que de um modo geral a proposta defende esses próprios objetivos que a ASAD, no âmbito da sua candidatura, tem já assumido por um acordo de cooperação para 30 utentes, o que é, de alguma forma, o fator ou o passo mais importante para a dinamização efetiva desta resposta. Ou seja, muitas das vezes assistimos a associações que têm condições para a construção das infraestruturas mas aguardam anos por acordos de cooperação, que são acordos de cooperação com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Segurança Social, que permitem a efetiva dinamização desta resposta em territórios como o nosso. A ASAD já dispõe desse acordo, o que é muito importante para a associação mas também para a nossa comunidade, o que é a garantia de que, finda a construção do equipamento, haverá efetivamente uma resposta social a esse nível no concelho. Enalteceu aquilo que são dois objetivos muito importantes com a dinamização desta resposta: a resposta social em si em primeiro lugar, serão 30 utentes que verão dessa forma um apoio, mas também aquilo que é a importância deste tipo de infraestrutura e deste tipo de equipamento para a economia do concelho, a chamada economia social que, de grosso modo, ao abrigo daquilo que é o acordo de cooperação que a ASAD tem formalizado, poderá corresponder à criação de aproximadamente 15 a 18 postos de trabalho. Parece-lhe que o objetivo deste apoio é inquestionável, acha que é muito importante que possam dinamizar as respostas sociais do concelho, seja por aquilo que ela representa para os seus utentes, seja para a dinamização económica do mesmo. Daí a necessidade de trazerem até aqui esta previa autorização para a assunção do compromisso plurianual, sendo que os termos do apoio serão remetidos à próxima reunião de Câmara após esta aprovação por parte da Assembleia Municipal. -----

A senhora Presidente da Assembleia, **Maria Fernanda Lemos da Cunha**, referiu que iria colocar aos senhores deputados a aprovação ou não da proposta para ser integrada na ordem de trabalhos. -----

O deputado municipal **Alfredo Manuel Lopes Pinto Coelho Mendonça** usou da palavra solicitar um esclarecimento pois estava aqui a ler o documento e parece-lhe, não querendo ser leviano, porque não o é, a votar em assuntos de interesse para o município, pois vê aqui um parecer de uma sociedade de advogados para o qual se remete expressamente mas que não está aqui e referiu que gostava de ver esse parecer e que o documento fala aqui também de um contrato de empreitada e demais documentos que gostaria de ver para poder responder e votar com serenidade. Dai eu ter incomodado a Mesa com isso pois gostaria de saber o que diz aqui porque não lhe apetece votar contra. -----

A senhora Presidente da Assembleia, **Maria Fernanda Lemos da Cunha**, pediu ao senhor Vereador Paulo Mota para esclarecer o senhor deputado sobre o solicitado. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que se entenderem pertinente para viabilizar esta situação, atendendo a que quer o contrato da empreitada, não o parecer pois são poucas folhas, é um documento extenso o que se pode fazer o mais rapidamente possível é trazer uma cópia desse contrato de empreitada e do parecer mas que estes não vão evidenciar muito mais do que está aqui na proposta mas considera que é importante consultá-los pois, de alguma forma, são a defesa do que aqui está. Não sabe se fará algum sentido, e pediu desculpa por estar aqui a ultrapassar as suas competências, se isso fizer diferença para esta votação pode-se suspender um bocadinho para esse efeito mas se quiserem aprovar a introdução do ponto entretanto serão criadas as condições para que sejam colocados aqui os documentos e na altura da votação do ponto fazem a análise dos documentos. É para ser mais expedito do que estarmos aqui à espera que façam as cópias. -----

A deputada **Ângela Eduarda Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que considera que avaliar documentos em 20 minutos com valores e montantes de 350.000 Euros um ato leviano de análise de dinheiros públicos. Sugeriu que se convocasse uma reunião extraordinária para o debate deste assunto e, com os documentos todos em mãos, poderiam de facto avaliar e ponderar sobre este montante, sendo certo que não descuram a importância da associação e do seu papel social e da importância vital deste montante para a continuidade do trabalho excelente que tem desempenhado. -----

A senhora Presidente da Assembleia, **Maria Fernanda Lemos da Cunha**, usou sa palavra para dizer que concordava com os senhores deputados e que a proposta seria agendada numa próxima reunião. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para colocar algumas questões ao executivo. Na última reunião questionou sobre alguns pavimentos que, no âmbito das obras de alargamento da rede de saneamento, estariam deficitários, nomeadamente algum betuminoso colocado nas valas que foram abertas, tendo sido aqui assumido que essa reabilitação estaria no período de garantia por parte do responsável pela obra. Aquilo que reparou de lá para agora é que não só não foi resolvido como ainda ficou pior também com as intempéries que se têm verificado. Portanto queria relembrar essa situação da necessidade de repavimentação das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

intervenções provenientes da rede de saneamento de continuarem ainda num estado que necessita de reparação. Na informação sobre a atividade do município, referiu que foram informados que a senhora Presidente reuniu com o Secretário de Estado da Energia pelo que gostava de questionar se teve oportunidade de falar sobre a construção da linha de muito alta tensão no concelho, sobre as compensações pelo impasse na construção da barragem do Fridão e também sobre a integração ou não do concelho de Mondim de Basto como um dos locais possíveis de prospeção do lítio e, se teve, quais as conclusões e que informação é que lhes pode prestar sobre isso. Queria solicitar também um pedido de esclarecimento sobre a realização ou a passagem do Rally de Portugal no concelho, já foi divulgado que iri acontecer, gostava de questionar também qual é o custo para o município para que essa passagem possa acontecer. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que a primeira pergunta que fazia e queria que o executivo taxativo na resposta sobre as declarações da Comissária Europeia Dra. Elisa Ferreira relativamente ao incumprimento da Câmara Municipal com a construção da ETA de Suídnos. Questionou qual a posição do município perante a ameaça da devolução dos fundos que recebeu e consequente finalização da obra. -----

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que não o fez antes mas que queria esclarecer que a senhora Presidente da Câmara devia estar a chegar, esteve numa cerimónia de assinatura de um protocolo com o Governo no âmbito dos espaços coworking, pelo que retomará o assento. Sobre as questões colocadas, referiu que sobre os pavimentos deficitários do saneamento aquilo que disseram da primeira vez e repetem obviamente pois são obras que estão no âmbito da garantia e será uma garantia que irá perdurar no mínimo por cinco anos. Realmente já houve algumas pavimentações que estão a apresentar sinais de não estarem nas melhores condições pelo que é claro que o empreiteiro terá que repor, se não for agora há-de ser no abito da obra, pelo menos quando a obra terminar será tudo repostos e mesmo depois da obra terminar ficaremos no âmbito do processo de garantia. O natural é que uma ou outra possa eventualmente ceder mas temos que acionar as garantias, o que não significa que o empreiteiro tenha que consecutivamente andar em cima daquelas valas mas já foi alertado. Se tudo correr conforme está planeado andarão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

na próxima semana a repavimentar valas abertas e veremos se nesse mesmo momento lá irão fazer essa reparação. Mas a garantia é algo que irá perdurar e que terá de ser acionada sempre que necessário. Sobre a reunião com o Secretário de Estado da Energia referiu que a temática foi a linha de muito alta tensão. Não houve oportunidade para falar sobre a barragem do Fridão ou sobre o lítio mas também é verdade que são dois processos sobre os quais não existem grandes novidades. Sobre a barragem do Fridão e a nossa posição sobre aquilo que são exigir compensações nós remetemos isso para aquilo que será o fim da disputa jurídica entre a EDP e o Governo porque na realidade, hoje em dia, estas duas entidades disputam para saber quem foi o responsável pelo final da obra. No dia em que se souber a quem foi imputado o final da obra aí sim a Câmara terá que dirigir a essa entidade as suas reivindicações que fazem todo o sentido. A reunião com o Secretário de Estado da Energia tem que ver com todo o processo que a Câmara tem despoletado contra esta obra e que tem tido sucesso e gostava também de dar nota a esta Assembleia que esta semana foi aceite mais uma providência cautelar que a Câmara interpôs contra esta obra pelo que estão suspensos todos os trabalhos de construção da linha de muito alta tensão em Mondim de Basto. Fruto deste trabalho, obviamente o Governo, e não só, têm-se visto obrigados a tentar negociar com o município. Nós temos aproveitado estas oportunidades para negociar e a conversa que tivemos com o senhor Secretário de Estado foi no sentido de tentar alterar alguns dos percursos que esta linha tem no nosso concelho que, a nosso ver, tem impactos negativos seja sob o ponto de vista da dinamização turística do concelho seja para as pessoas. Há partes do troço que nós consideramos que têm um impacto negativo e portanto são essas partes do troço que nós temos exigido ao Governo, à REN, à DGEC para que de alguma forma nos atendam naquilo que são as nossas reivindicações. A reivindicação mais radical tem sido o enterramento de alguns troços da linha, algo que sabemos à partida que é muito difícil, mas tentaremos encontrar um meio termo, se tivermos essa oportunidade, que melhor defenda a dinamização económica do nosso concelho e as pessoas que nele habitam porque efetivamente há locais onde nós consideramos que criam esses prejuízos. Sobre o rally referiu que já remeteram também à reunião de Câmara aquilo que é o apoio pecuniário à prova que são 5.000 Euros e fica do lado da Câmara também a responsabilidade de reparação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

troço da parte de Mondim que são 3 quilómetros. Essa intervenção está neste momento a ser estimada, estamos a fazer consultas ao mercado para a levar a cabo antes da edição. Estimamos que a prova se fique por valores muito idênticos àqueles que foram nos últimos anos em que o rally passou por Mondim. Não irá fugir desse valor até porque não temos uma participação no rally, a exemplo de outros municípios, será uma comparticipação à medida que o concelho recebe. Para responder sobre a questão da ETA referiu que também não é novidade para ninguém a relação da Câmara com a CCDRN, é um problema que já vem de trás, são conhecidas as questões de vandalismo da ETA porque é divulgado, e há quem faça questão que ele seja bem divulgado, e o compromisso que nós temos assumido com a CCDRN é o compromisso de que a Câmara, logo que tenha condições para o efeito, possa colocar a obra em funcionamento. Logo veremos se será em funcionamento nos termos nos quais ela foi desenhada ou adaptada àquilo que são as reais necessidades do concelho porque, também como é sobejamente conhecido, é uma obra que está sobredimensionada e, além da preocupação que temos com aquilo que será o custo de reposição daquilo que é necessário repor naquela obra, o custo que é necessário para acabar a obra, porque também já é conhecido que a obra infelizmente não estava acabada, pelo que não nos era possível pô-la a funcionar, temos também connosco a preocupação que tem que ver com a sustentabilidade daquela obra caso a opção recaia sobre coloca-la em funcionamento exatamente nos moldes como ela foi desenhada desde o início. Dizer também que esta nova comunicação por parte da CCDRN tem que ver também com a alteração de um dos argumentos que a Câmara tinha do seu lado que era a barragem de Fridão que também impactava com a obra e portanto, com o fim da barragem do Fridão, obviamente esse argumento deixou de existir, impactava na captação do rio Louredo, era um impacto mínimo mas tinha um impacto, a cota subia, portanto o poço tinha que ser revisto. Outro argumento era o investimento necessário para terminar a obra, valor que a Câmara não dispunha para fazer essa obra de uma vez só, e também a disputa jurídica que temos com o seguro no âmbito das ações de vandalismo. Obviamente a infraestrutura estava assegurada e a Câmara acha-se no direito de exigir da seguradora que cumpra com aquilo que nós achamos que são os deveres da seguradora e obviamente a seguradora diz que existem ali questões que lhe retiram essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

responsabilidade. São estes os pontos que nós temos comunicado à CCDDR e manteremos isso mesmo. Achamos que a Câmara, nos próximos tempos, irá finalmente dispor de condições para colocar aquela obra em funcionamento sem prejuízo de, e também o temos dito à CCDDR, algumas das obras que temos feito na vila no âmbito do sistema de abastecimento de água, já nos aproximaram muito mais da ETA de Suídnos do que o que sucedia quando herdamos a obra. Por exemplo, na obra de saneamento estamos a aproveitar para fazer também uma obra de construção de condutas para o sistema de abastecimento de água que também elas serão muito importantes para quando a ETA de Suídnos estiver em funcionamento. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que não conhecem os valores da reconstrução do vandalismo mas conhecem a posição da seguradora mediante esses vandalismos. Queria perguntar ao senhor Vereador se tem presente qual é o custo que a seguradora está a pensar indemnizar e qual o real valor para pôr a ETA em funcionamento. A segunda pergunta que queria colocar é por que razão este município está a proceder ao transporte de pessoas para consultas médicas ao Porto. Perguntou se não existe um protocolo celebrado com os Bombeiros Voluntários para esse fim e qual o critério e o procedimento que é seguido para que cada munícipe possa usufruir desse transporte. Temos várias empresas de transporte no concelho, nomeadamente táxis, que estão a ser gravemente penalizadas por esse efeito. -----

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que a única coisa que pode fazer para esclarecer é que o valor que a seguradora propôs é um valor que consideramos insultuoso e por isso mesmo é que fomos para a justiça esgrimir argumentos. O valor que estamos a exigir à seguradora para a ETA é de 300.000 Euros e a proposta que a seguradora nos fez foi de 10.000 Euros. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para em primeiro lugar justificar o seu atraso por estar em serviço em Melgaço na assinatura de um protocolo de coworking. Sobre o problema do transporte referiu que a Câmara paga aos Bombeiros Voluntários um subsídio na ordem dos 20.000 Euros para transportar os utentes carenciados ao médico. Com o problema que tem existido durante a pandemia eles próprios tiveram menos movimento porque as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consultas não eram remarcadas e agora estão a ser remarcadas e por isso tem sido uma lufada, ainda bem que acontece pois é sinal que estão a repor as situações, mas tem sido uma exigência terrível. Pensa que dentro de algum tempo as consultas irão ficar normalizadas e espera que a regularização dos transportes se faça com rapidez porque há muita gente que esteve dois anos à espera de uma pequena cirurgia. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que as viaturas disponíveis da Câmara não são para transportar doentes Covid e não foi nessas doenças que falou mas sim de doenças normais para consultas médicas e a resposta que lhe deu não foi a resposta que pediu. Foi interpelado por várias empresas de transporte de táxis que se queixaram gravemente de que o município estava a fazer transporte de doentes para o Porto e outros sítios e foi essa a questão que colocou porque, se houve pandemia, houve pandemia para todos e também para os transportes públicos e táxis. Perguntou também quais são as condições para que as pessoas possam requerer o serviço de transporte do município para essas consultas. ----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para responder muito sucintamente ao senhor deputado. Referiu que o que aconteceu foi que avariou um dos carros dos Bombeiros. Além de só poderem levar três pessoas no carro, o que os limita, têm um carro avariado. Mas essas pessoas que têm acesso aos transportes são pessoas carenciadas, são pessoas que já não iam nos táxis de certeza. Tem conhecimento de pessoas com reformas de 200 ou 300 euros que deixaram de ir às consultas de oncologia porque não tinham dinheiro para pagar os táxis. Por isso é que se criou este apoio para eles levarem essas pessoas. O requerimento é só esse: é dizer que é carenciado, justificar que é carenciado e entregar os documentos. O que aconteceu recentemente foi que os bombeiros têm um carro avariado e não podiam fazer o transporte. Os transportes ficam caríssimos para a autarquia. Nós estamos a pagar à Transdev através da Cim para que faça as viagens regulares e está-nos a ficar muito caro o pagamento desses transportes. Compreende a situação dos táxis mas não são estes utentes que iam nos táxis porque não tinham dinheiro para os pagar. Toda a gente sabe que uma reforma da agricultura, no meio rural, não pode pagar um táxi para Vila Real ou Lamego. Por isso é que se fez esse regulamento e esse apoio aos Bombeiros e se calhar esse apoio aos Bombeiros vai subir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

porque eles também estão numa situação em que não conseguem meter quatro pessoas num carro. Nos casos de hemodialise está a ser exigido ir uma pessoa em cada carro. Tudo isto é por causa da covid e todos sabemos que veio transtornar tudo. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para agradecer a resposta da senhora Presidente porque assim percebemos qual é o perfil de doentes e quais são as necessidades. Outra questão que queria colocar é que se encontram nesta fase a ser executadas as obras na Reta da Pena e queria saber em que consistem estas obras, se existe intervenção em terrenos privados e em espaços verdes que pertencem aos edifícios e aos condomínios, se os terrenos onde está a ser intervencionado são dos prédios ou do município e se essa obra está a ser comparticipada pelos fundos europeus. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que iria dar a palavra ao senhor Vereador que tem a responsabilidade das obras para responder à questão colocada mas referiu que se o senhor deputado tivesse o cuidado de estar atento às atas da reunião de Câmara e da Assembleia tudo isso foi público. -----

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que a obra de regeneração da Reta da Pena é uma obra que irá incidir sobre pavimentos, infraestruturas, sistema de abastecimento de água, saneamento, águas pluviais, vamos aproveitar também uma obra que está em curso no concelho com a concessão do gás e será também colo locado em rede o gás natural. É uma obra que tem apoio dos fundos comunitários como já foi amplamente divulgado. Sobre a intervenção nos espaços públicos e privados, a obra está desenhada como sendo uma intervenção toda ela em espaços públicos. A acontecer que haja alguma dúvida sobre aquilo que são jardins públicos ou jardins dos condomínios de gestão de empresa privada, em obra tudo se esclarece. Não estamos interessados em tomar conta daquilo que são os jardins dos condomínios, muito pelo contrário, nem estamos a fazer obras contra ninguém nem para ir em cima dos terrenos de ninguém. Estaremos disponíveis sim para trazer uma imagem homogénea daquele espaço. Mas há dúvidas, sempre existiram. Temos condóminos que nos dizem que os jardins são deles, outos solicitam à Câmara para tomar conta dos jardins porque estão abandonados e não são públicos. É uma dúvida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que se suscita e que tem a ver com as propriedades horizontais e nos remete para questões muito complexas. O que acontece é que, no âmbito da obra, nada será feito contra as pessoas. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que relativamente à Reta da Pena trazia esta questão porque quando os prédios começaram a crescer naquela zona e esteve presente numa reunião em que o falecido Presidente Fernando Pinto dizia sempre que os jardins eram dos prédios. E nós constatamos que estão a ser reabilitados e daí a pergunta que deve ser respondida e tem todo o sentido de se fazer. A pergunta seguinte que queria fazer é mais uma vez relativamente ao campo do Atei. Queria que o município esclarecesse de uma vez por todas de quem é o estádio, quem fez as obras, quanto dinheiro se gastou lá e porquê tanta complicação à volta do estádio do Atei. É da Junta? É do futebol? É da Câmara? Queria que alguém nesta Assembleia lhe explicasse o que de facto se passa com o Atei.

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que gostava de fazer um paralelo com o assunto anterior. No assunto anterior, pese embora a nossa explicação, relembra coisas que aconteceram há vinte anos e a pergunta que faz agora que já foi cabalmente esclarecida em documentos que foram remetidos a esta Assembleia e parece que suscitam dúvidas. Não há confusão nenhuma com o estádio do Atei. Está esclarecido nos documentos que foram aprovados por esta Assembleia de quem era o Estádio, quem fez a obra, que apoio prestou a Câmara e o que é que sucede no final daquele acordo que foi aprovado aqui nesta Câmara Municipal, está lá cabalmente esclarecido. O senhor deputado dispõe de todos os documentos e não há confusão nenhuma. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pela Senhora Presidente da Mesa, Maria Fernanda Lemos da Cunha, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 26 de fevereiro de 2021 -----

Não havendo intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa** colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 26 de fevereiro de 2021 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.2- Aprovação do apoio financeiro a conceder à Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a proposta à Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade. -----

2.3- Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis -----

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Vilar de Ferreiros para a manutenção das faixas de gestão de combustíveis que foi aprovada por unanimidade. -----

2.4- Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, foi deliberado tomar conhecimento do Relatório Semestral dos benefícios concedidos aos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto. -----

2.5- Informação - Aprovação da atribuição de redução e isenção, respetivamente, para os clientes não-domésticos e para os utilizadores domésticos, no pagamento dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos, referentes às faturas do mês de março, com vista à mitigação dos efeitos da pandemia da doença COVID-19-----

2.6- Informação do Executivo -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para solicitar dois esclarecimentos relativamente à informação que lhes foi remetida. Uma tem a ver com uma ação de reflorestação onde é dito que o município de Mondim de Basto apoiou uma ação de reflorestação na Toutuça, esta ação não teve qualquer custo associado, e questionou de que forma este apoio foi realizado. Gostava de questionar também em que consiste uma adjudicação à empresa Índice ICT & Management para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

apoio técnico à elaboração e monitorização da execução e avaliação dos planos para a igualdade cujo valor é de 19.950 Euros mais IVA. -----

A senhora **Presidente da Câmara, Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa**, usou da palavra para dizer que o valor sobre o Plano para a Igualdade trata-se de uma candidatura que foi aberta no âmbito das Cim para que as câmaras fizessem os seus planos para combater a desigualdade. O valor apresentado é o da empresa que está a fazer e quem está a acompanhar são as técnicas da Ação Social. -----

O senhor **Vereador Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para dizer que a ação de reflorestação foi uma ação do Conselho Diretivo dos Baldios do Bilhó na Toutuça e o apoio da Câmara foi a disponibilização da equipa de sapadores durante uma semana na ajuda à reflorestação. -----

2.7- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 29 de junho de 2021, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

